



Adolf Hitler tinha acabado de prestar juramento como chanceler quando a sede da Assembleia Legislativa Alemã foi incendiada. Os Partidos Nazista e Comunista acusaram-se mutuamente de responsabilidade pelo ocorrido. Quem foi, na verdade, o culpado deste ato dramático de incêndio criminoso político?

Na tarde fria e ventosa de 27 de fevereiro de 1933, o grande edifício de pedra conhecido por Reichstag, em Berlim, encontrava-se praticamente vazio. Os deputados tinham saído, deixando apenas alguns guardas para apagarem as luzes, patrulharem os corredores e vigiarem o único portão que ficava aberto. Logo após as 9 da noite, um estudante que passava na rua ouviu o som de vidros se partindo e, ao olhar para cima, viu uma pessoa numa das varandas do primeiro andar. O vulto levava o que parecia ser uma tocha acesa.

O estudante agiu imediatamente, correndo para avisar ao esquadrão de polícia mais próximo. O oficial de serviço, Kari Buwert, decidiu confirmar a informação antes de transmiti-la aos seus superiores e foi à procura da janela partida. Quando viu a abertura e o clarão avermelhado no interior do edifício, Buwert percebeu que já havia fogo em diversos pontos. Apressou-se para alertar a polícia e as autoridades governamentais, e, minutos depois, as sirenes dos bombeiros ressoavam pela cidade.



Corriam agora por toda a parte policiais e guardas, tentando abrir as portas do edifício para permitirem a entrada dos bombeiros. Ao todo, passaram-se 19 minutos entre a hora em que o estudante deu pelo intruso e o momento em que o primeiro funcionário conseguiu entrar na sala das sessões, onde ocorria o incêndio principal. As grossas cortinas de cada lado da porta estavam em chamas, bem como alguns painéis de madeira. No outro lado da sala, as chamas já lambiam a mesa do estenógrafo, e inúmeras escrivadinhas dos deputados queimavam também. Um dos policiais, correndo para o portão para relatar o que vira, notou igualmente vários cestos de papéis em chamas, mais de duas dúzias de trapos incendiados espalhados por ali e, finalmente, um boné e uma gravata abandonados. Era evidente que o incêndio não era acidental, e sim obra intencional de uma ou mais pessoas.

Por volta das 9:25, o agente Heimut Poeschel e o inspetor de edifícios Alexander Scranowitz chegavam à sala das sessões para ver o que poderia ser feito. Ainda olhavam, atônitos, o incêndio quando passou correndo por eles um homem novo, sem camisa, despenteado e coberto de fuligem. Os dois gritaram-lhe que parasse e erguesse as mãos. O homem não ofereceu resistência, sendo imediatamente revistado em busca de armas ou outras provas incriminatórias. Tudo o que Poeschel e Scranowitz encontraram foi um canivete, uma carteira e um passaporte holandês que o identificava como Marinus van der Lubbe, nascido em Leiden em 13 de janeiro de 1909. Para os dois homens não havia dúvidas de que tinham achado o responsável. "Por que fez isso?", gritou-lhe Scranowitz. "Para protestar", murmurou o homem.



Enquanto Lubbe era levado para o esquadrão de polícia, chegaram ao local 15 companhias de bombeiros, e pouco depois 60 carros-pipa e outros veículos lançavam jorros de água sobre o edifício em chamas. Em uma hora e meia, o fogo estava controlado. O edifício salvou-se, mas a sala das sessões ficou em ruínas, com o seu teto de vidro desfeito em cacos pelo chão.

Conspiração comunista?

Hermann Goering, ministro do interior, estava jantando com Adolf Hitler, recentemente eleito chanceler da Alemanha e líder do Partido Nacional Socialista, quando recebeu a notícia do incêndio no Reichstag. Despediu-se bruscamente do Führer e atravessou rapidamente a cidade para se inteirar da situação. Quando os jornalistas lhe perguntaram quem poderia ser o responsável pelo crime, Goering não hesitou e acusou os comunistas alemães, contra os quais os nazistas faziam na época uma campanha generalizada de supressão. "É um crime dos comunistas contra o novo governo", disse. E quando alguém argumentou que só fora apanhado um suspeito, gritou: "Um homem? Não foi só um, mas dez ou vinte! Isto é o sinal para a revolta comunista!" Inquirido sobre o modo como os incendiários poderiam ter tido acesso ao Reichstag — e como que, à exceção de um, todos

teriam conseguido fugir —, Goering sugeriu que eles podiam ter utilizado a passagem subterrânea que ligava o seu próprio gabinete, do outro lado da rua, ao Reichstag. O ministro, muito veemente, jurou apanhar e castigar imediatamente todos os 4.000 membros do que ele apelidava de "Terror Vermelho".

Legalizando o totalitarismo

Fora dos círculos nazistas, porém, muita gente não estava tão segura de que o apressado veredicto de Goering fosse correto. Os comunistas alemães já não dispunham de muita força, e era difícil imaginar como é que uma tática de incêndio criminoso poderia melhorar a sua credibilidade junto da já desconfiada população. E os túneis subterrâneos pelos quais, supostamente, poderiam ter entrado no Reichstag encontravam-se sob as ordens e guarda específicas de Goering e da sua polícia: teria sido fácil para incendiários nazistas atear o fogo e retirarem-se com calma, mas muito difícil para os comunistas. Paralelamente, havia muitas razões pelas quais os nazistas podiam tirar benefícios de um incêndio espetacular, especialmente se nele pudessem

implicar os seus maiores inimigos, pois se estava na véspera de importantes eleições nacionais. Não tinha Goering jurado recentemente apanhar os vermelhos por meios "indiretos", mas apenas no "momento próprio", depois de declarado o que ele designava por revolução bolchevique?

Os críticos de Goering notam ainda que o ministro do interior não perdera tempo a apresentar um "Decreto para a Proteção do Povo e do Estado", que, na prática, dava aos nazistas todos os poderes legais de que alguma vez viriam a necessitar para imporem uma ditadura totalitária. Na manhã seguinte ao incêndio, Goering apareceu no gabinete do velho e tremulo presidente da República de Weimar, Paul Von Hindenburg, para lhe exigir que promulgasse um decreto amplo "contra atos de violência dos comunistas". Este decreto restringia a liberdade individual, a liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, e os direitos de reunião e associação. Em contrapartida, autorizava o governo a controlar toda a utilização dos serviços postais e telefónicos, a proceder a buscas domiciliárias sem aviso prévio e a confiscar bens particulares no interesse da segurança do Estado.

Enquanto os comunistas alemães estavam sendo apanhados, levantaram-se entre os centristas algumas vozes corajosas que pretendiam que o governo procedesse a uma investigação objetiva sobre o crime e restaurasse os direitos individuais. Em Paris, um grupo de comunistas publicou um documento, intitulado O Livro Marrom, que supostamente contava a história verdadeira de como os nazistas tinham incendiado o edifício do seu próprio governo. Trabalhando à distância, e sem disporem de quaisquer provas diretas, os autores do documento não tiveram escrúpulos em inventar "provas" do envolvimento de Goering e de outros nazistas de alto escalão.

Julgamento inconclusivo

No fim, O Livro Castanho veio apenas confundir ainda mais a opinião pública internacional, e os nazistas, em nada afetados pelo debate, prosseguiram nos seus projetos. Goering, em especial, parecia tornar-se cada vez mais ousado à medida que aumentava a desconfiança do público em relação aos comunistas. "Ale-mães", disse a uma multidão reunida dois dias antes da eleição de deputados, em 5 de março, "as medidas que tomo não serão coibidas por quaisquer mandados judiciais ... não tenho de preocupar-me com a justiça ... Esta será uma luta contra o caos."

Em 22 de março, três semanas após a prisão de Van der Lubbe, o juiz do Supremo Tribunal emitiu uma declaração: "As investigações feitas até o momento demonstram que o comunista holandês Van der Lubbe ... esteve em comunicação, imediatamente antes do incêndio, não só com comunistas alemães como também com comunistas estrangeiros." Acrescentou que várias pessoas, entre as quais Ernst Torgler, líder do grupo parlamentar dos comunistas alemães, e três búlgaros, se encontravam presas.

O julgamento, que se realizou em Leipzig e Berlim entre 21 de setembro e 23 de dezembro, revelou-se algo embaraçoso para os nazistas, dando alguma credibilidade aos que afirmavam que, na realidade, os comunistas não estavam por detrás do crime. A acusação não conseguiu apresentar provas concretas contra Torgler ou os búlgaros. Apesar dos depoimentos de muitas testemunhas proeminentes a favor do Estado, não foram provadas ligações diretas entre Van der Lubbe e os quatro "conspiradores". Um dos búlgaros, Georgi Dimitroff, conseguiu mesmo apanhar Goering numa série de contradições. No contra-interrogatório, em que o búlgaro conduziu a sua própria defesa, Goering enervou-se de tal forma que perdeu a calma, gritando ameaças ao seu tranquilo inquiridor.

Quanto a Van der Lubbe, revelou-se um réu ainda mais difícil, mas por razões diferentes. O holandês não se interessou de todo pela defesa: confessou logo ao

princípio ter ateadado o incêndio e manteve a sua posição durante todo o julgamento. Embora longamente interrogado a respeito dos seus motivos e das suas ligações, ele limitou-se a afirmar, com orgulho, que agira sozinho, ateara pelas suas mãos todos os focos de incêndio do Reichstag e estava impaciente por ser condenado pelo seu crime. Muitos dos que viram aquela letárgica criatura no banco dos réus acharam impossível acreditar que ele agira, como declarava, de forma autónoma e com tanta eficiência. Van der Lubbe, que, dizia-se, era meio cego devido a um acidente na infância, se movia com dificuldade. Nas raras ocasiões em que respondeu aos interrogadores, o fez de forma vaga, infantil e incoerente. A certa altura, quando lhe perguntaram quem o mandara tocar fogo no Reichstag, insistiu que agira por instruções de "vozes no meu corpo". Quanto às suas convicções políticas, era difícil levar a sério a sua afirmação de ser comunista: foi incapaz de provar qualquer filiação, exceto o fato de ter feito parte de uma ramificação holandesa, durante pouco tempo, aos 16 anos.

O advogado de defesa de Van der Lubbe, nomeado pelo tribunal, e cuja colaboração o réu, logo a princípio, tentara rejeitar, traçou um retrato bastante convincente de um "maltrapilho rebelde", um vagabundo mentalmente deficiente que tivera problemas com a polícia desde criança. Segundo o advogado, Van der Lubbe tinha tendência para um comportamento impulsivo e desejava o tipo de atenções que lhe podia trazer a prisão. Não tinha qualquer noção de ideais revolucionários.

Mas este retrato do advogado de defesa de Van der Lubbe também não foi totalmente convincente: ao ser interrogado minuciosamente sobre a noite de 27 de fevereiro, o réu demonstrou um conhecimento notável sobre todos os detalhes, e quando a polícia lhe pediu que reconstituísse os seus passos enquanto cronometrava cada movimento, tudo se ajustou perfeitamente. Usando uma substância facilmente inflamável e farrapos do casaco, era possível a uma pessoa atear múltiplos focos de incêndio. Por mais que ambas as partes desejassem acreditar na teoria de uma conspiração, podia argumentar-se que este homem excêntrico, deficiente e ligeiramente desequilibrado podia ter concebido e executado um plano desta natureza se concentrasse nele todas as suas energias.

No final do julgamento, e por falta de provas concretas, o tribunal foi obrigado a absolver os quatro comunistas de envolvimento numa revolta; os homens foram imediatamente deportados. Van der Lubbe, que tivera obviamente alguma participação no incêndio, foi condenado à morte. Depois de apelos de clemência meramente formais, foi executado em 10 de janeiro de 1934.

Embora o caso tivesse sido oficialmente encerrado com a execução de Van der Lubbe, nunca cessou a especulação sobre a história completa por detrás do incêndio do Reichstag. Diversos réus do julgamento de Nuremberg declararam que Goering estivera decididamente por detrás da conspiração. E o general

Franz Halder, chefe do Estado-Maior alemão durante os primeiros anos da guerra, recordou que em 1942, numa festa em honra de Hider, Goering efetivamente se gabara do seu papel no ocorrido.

Quando um dos convidados começara a falar dos acontecimentos decisivos de 1933, Goering interrompera-o: "A única pessoa que sabe realmente o que se passou no Reichstag sou eu, que o incendiei!" Mas é provável que ninguém venha a saber ao certo se Goering dizia a verdade ou se estava apenas, e uma vez mais, a se auto-elogiar. O único ponto em que todos podemos concordar é que o incêndio do Reichstag foi um ponto de virada na subida dos nazistas ao poder.

